

Brasília, a Ilha Feliz

Paulo Vellinho

CERTAMENTE, todo fundamento da posição muitas vezes crítica do empresário, com relação ao governante, reside na total diferença de postura que preside as suas decisões e atos, em contraposição àquela do Governo. Para os empresários, a decisão de implantar uma nova unidade industrial ou mudar as suas instalações para outra área, talvez mais conveniente, depende da análise de viabilidade econômica, da avaliação do investimento e seu correspondente retorno. Seria um suicídio mudarmos, por exemplo, uma fábrica relativamente rentável, uma vez verificado que tal mudança significaria inversão pesada, com capital de empréstimo e baixo ou nenhum retorno. Alguém que adotasse tal mudança, a despeito de conhecimento dos resultados, poderia levar a empresa à falência e, por certo, seria decapitado pelos acionistas, na verdade, os donos da empresa.

Podem mudar as proporções e algumas características, mas, basicamente, o que se fez com o Brasil na década de 50, foi, a rigor, isto.

Construiu-se uma nova capital sem prestar atenção às coisas elementares para adotar tal decisão, pois gastou-se o que não tínhamos e continuou-se a gastar o que não podíamos num programa sem prioridade, imobilizando recursos tradicionalmente escassos até e principalmente para as reais necessidades. Endividou-se o País, empobreceu-se a sociedade, esqueceram que o homem e suas necessidades básicas devem constituir o principal objetivo nacional. E com isto conseguiu-se inaugurar a nova capital, em abril de 1961, com aplausos da sociedade, conduzida a acreditar, pela má propaganda, que o Brasil via Brasília estava a mostrar ao mundo seu potencial, bem como sua capacidade e coragem de empreender.

Mal sabia o povo brasileiro que a glória era apenas nacional. Lá fora, homens responsáveis deslumbravam-se, não com a realização, mas sim com a nossa imprevidência que, ao invés de inverter nas reais prioridades da Nação, postergava a viabilidade de possuírmos um País desenvolvido, não em termos econômicos, mas especialmente sociais.

Entretanto, a história de Brasília não terminou aí e, a partir da inauguração, começou-se a construir, sob a sua idéia megalomaniaca, toda uma sequência de distorções e de ônus cada vez mais insuportáveis para uma sociedade pobre. E, enquanto se tecem louros a Brasília e sua beleza plástica, anda o País de joelhos pelo mundo afora para enfrentar os inconvenientes e as agruras de sua dívida externa, cuja origem tem uma parcela na massa de concreto e asfalto implantados no Planalto Central.

Enquanto isto, no panorama interno, deparamos-nos com a luta cruel do combate à inflação, cuja origem, a bem da verdade, remonta à época em que demos a entender à sociedade que o orçamento público é uma bobagem, que gastar além do que é possível é ato de coragem e que a emissão é apenas uma decisão de acionar a máquina de impressão, sem que todas estas operações tenham reflexos nas finanças e na economia nacional.

Justificar Brasília pela necessidade de ocupar o Oeste brasileiro é tema para discussão. É preciso ter em mente que a migração do homem sempre se faz por um motivo forte que o induz a trocar o seu "status quo" por algo diferente, melhor. Emigrar ou migrar são atos de coragem de homens e mulheres desprendidos e ousados que não hesitam em romper laços sentimentais de família para buscar novos horizontes. Assim pelo menos nos mostra a história da colonização do Brasil e do mundo. E as migrações

quase sempre se fizeram em termos espontâneos, assumindo o homem o ônus e o risco de, assim procedendo, alcançar uma vida melhor.

Obviamente, Brasília, para ser povoada, contou inicialmente com um núcleo de pessoas que foram em busca de oportunidade de trabalhar. Gente simples, técnicos e engenheiros, que, ao assumirem as consequências de sua decisão, foram felizes e se integraram na história de Brasília. Evidentemente, a obra suntuária de Brasília, com seus palácios, hotéis e residências, pouco significaria se não fosse transferida também a administração federal. Para efetuar a mudança de uma comunidade estabilizada, ofereceram-se condições excepcionais aos novos residentes, como os famosos apartamentos funcionais e respectivo acréscimo sobre o salário previsto em lei, inerente à transferência de domicílio. E assim, passou-se a povoar Brasília com novos contingentes humanos vindos de todos os cantos do País, perenizando-se os incentivos por conta do erário público e não do bolso próprio, como a exemplo dos primeiros habitantes, e instituindo-se daí em diante a febre pelas vantagens da mudança. Em consequência, a cidade projetada por Lúcio Costa e Niemeyer para uma população de 500 mil pessoas, no fim do século, já no final da década de 70 contava com 1 milhão de almas. Assim, prossegue a construção de novas residências, novas infra-estruturas, absorvendo, cada vez mais, recursos de nosso esquelético tesouro, com pesado ônus para a sociedade brasileira.

É claro que ao homem que se mudou para Brasília não cabe nenhuma crítica. Pelo contrário, ele deve ser considerado audaz e corajoso, um homem que trocou o seu habitat por um outro e cuja adaptação realmente constitui tarefa difícil.

Hoje, Brasília é uma realidade. No entanto, devemos parar onde estamos e fazer com que o seu crescimento, daqui para frente, ocorra por meios naturais. Nesse sentido, cabe cortarmos definitivamente o umbigo vital que une hoje Brasília à sociedade brasileira, que responde pelo alto custo de seu artificialismo.

Já é tempo de programarmos sua auto-suficiência, instrumentando-a via tributo de receita necessária, capaz de ordenar os seus passos daqui para a frente, vendendo a todos os seus usuários os apartamentos funcionais, evitando que prossiga, como até aqui, a sua manutenção às custas da Nação. E tudo isto deve ser feito com a maior urgência, para dispormos, anualmente, de mais recursos federais para outras necessidades prioritárias da Nação.

Assim, Brasília seria uma cidade mais realista, sem as vantagens artificiais que a transformam em "Ilha Feliz", longe das áreas de produção, das áreas-problemas e das favelas do Rio, São Paulo, Porto Alegre e Recife e do Brasil que pulsa e que sofre, impedida portanto de compreender a verdadeira realidade nacional.

Enquanto estamos propondo um esquema para desobrigar a sociedade brasileira do ônus que Brasília lhe impõe, para o bem do Brasil, temos que continuar a conviver com o fantasma da velha Capital Federal do Rio de Janeiro, onde, nos antigos Ministérios e em todas as entidades ligadas direta ou indiretamente ao poder público, concentram-se uma população de homens e mulheres que tentam com honestidade justificar sua função, para dar sentido a sua vida profissional. Na verdade, o Brasil está mantendo hoje duas Capitais. Uma de fato e de direito, Brasília; e a outra, que, tem ainda contornos de capital, muitos ônus de uma capital, mas não é capital — o Rio.